



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS – CAMETÁ  
FACULDADE DE GEOGRAFIA - FAGEO**

**AURILANE FONSECA MAUES**

**TRABALHO E GÊNERO NA AMAZÔNIA: O TRABALHO FEMININO  
EM FÁBRICAS DE PALMITO EM MAMANGALZINHO, IGARAPÉ-  
MIRI, PARÁ**

**CAMETÁ-PARÁ  
2023**

**AURILANE FONSECA MAUES**

**TRABALHO E GÊNERO NA AMAZÔNIA: O TRABALHO FEMININO  
EM FÁBRICAS DE PALMITO EM MAMANGALZINHO, IGARAPÉ-  
MIRI, PARÁ**

Artigo apresentado a Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará do Campus Universitário do Tocantins/Cametá (FAGEO – UFPA), como requisito à obtenção do grau em Licenciatura em Geografia, sob a orientação de Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Mário Júnior de Carvalho Arnaud.

**CAMETÁ– PARÁ**  
**2023**

**AURILANE FONSECA MAUES**

**TRABALHO E GÊNERO NA AMAZÔNIA: O TRABALHO FEMININO  
EM FÁBRICAS DE PALMITO EM MAMANGALZINHO, IGARAPÉ-  
MIRI, PARÁ**

Artigo apresentado a Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará do Campus Universitário do Tocantins/Cametá (FAGEO – UFPA), como requisito à obtenção do grau em Licenciatura em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Mário Júnior de Carvalho Arnaud**  
(FAGEO/CUNTINS/UFPA – Orientador)

---

Prof. Dr. José Carlos da Silva Cordovil  
(FAGEO/CUNTINS/UFPA)  
Avaliador

---

**Profa. Dra. Luciane Cristina Costa Soares**  
(UFRA)  
Avaliadora externa

Defesa realizada em: **14/12/2023**.

Conceito: **EXCELENTE**

## AGRADECIMENTOS

Nenhuma palavra escrita consegue expressar a minha gratidão a todos que direta e indiretamente participaram na minha formação. Sendo assim, nesse singelo rascunho começo agradecendo por toda intercessão de Nossa Senhora de Nazaré, por me proteger e proteger os meus enquanto estava longe da minha comunidade para realizar esse sonho coletivo, construído com a valorosa contribuição de muitos.

A minha eterna gratidão a minha mãe Cristina Ferreira Fonseca, que não mediu esforços para contribuir com a minha formação, sendo o principal motivo de todas as minhas conquistas e a minha principal incentivadora. Ao meu pai Mauro Sergio da Costa Maues, meus avós paternos Maria Odete da Costa Maues e Manoel Rodrigues Maues, aos meus tios, tias, primos, primas, madrinhas por todo amor e carinho, e por todos os abraços calorosos nas idas e vindas quando precisava retornar para começar mais um semestre.

Aos meus queridos avós Olívio Xavier Almeida *in memoriam* e Maria Áurea Ferreira Fonseca *in memoriam*, pelos anos de imenso amor compartilhados enquanto estiveram presentes fisicamente.

Agradeço também a meu namorado Wesley de Souza Marques por todo amor, companheirismo, força e paciência nesses anos de curso, e por estar presente a cada conquista, a cada sonho realizado nesses anos que compartilhamos a vida e o amor pela Geografia.

Agradecer a Ivanete e Ramarinildo que acreditaram no meu sonho e foram verdadeiros anjos na minha vida, sem a valorosa contribuição de vocês essa realização seria um caminho mais duro.

Gratidão aos meus fiéis amigos: Sheila Cardoso Aires, Elaine Lima Aires, Bruno Afonso Rodrigues, Michael Gonçalves, Messias da Costa Aires, Fernanda Leão e Manoel Farias, por esses longos anos compartilhando a vida, por todo incentivo e bronca quando eu desanimava, e por sempre vibrarem a cada conquista tornando-a coletiva.

Agradeço imensamente a Milena Aires, Douglas Borges, Raquel Correa Silva, Dinha por dividirem o apartamento, a rotina, os choros e também os sonhos.

Aos meus amados amigos do curso: Patrícia de Fátima Serrão Mendes, César Lacerda de Araújo e Marco Antônio Furtado, minha eterna gratidão, vocês foram algumas das melhores pessoas que essa graduação me proporcionou conhecer, fizeram esse caminho se tornar mais leve e feliz.

Ao meu querido orientador Professor Doutor Mário Júnior de Carvalho Arnaud, gratidão por todo o conhecimento repassado, por todas as orientações e por todas as contribuições na presente pesquisa.

Gratidão ao corpo docente da faculdade de Geografia e a turma Geografia 2018 em especial Maria Tatiane Vieira, Arthur Leão, Giovani Lobo, Carol Melo, Rosivaldo Veloso, Eduardo Vinicius e Brendo Garcia, por todos esses anos de muitas vivências e aprendizado.

Por fim, agradeço a comunidade Mamangalzinho e seus moradores que me vieram ir e voltar sempre desejando sorte e proteção nessa caminhada, sem esquecer de todas as mulheres que foram entrevistadas e as muitas outras que ocupam espaço dentro das fábricas e que compartilharam sua vida para que a presente pesquisa fosse realizada, sem vocês essa pesquisa não teria sentido.

Esse trabalho é fruto da minha eterna devoção e cuidado pela minha comunidade, um território sagrado, é por acreditar que os meus precisam e devem ter melhores condições de vida e que possam ser valorizados. Gratidão!

## RESUMO

A presente pesquisa aborda o tema Trabalho e Gênero na Amazônia, tratando da importância do trabalho feminino na formação histórico-econômica na Amazônia, considerando a importância e a expressão da dinâmica de produção de palmito em fábricas situadas na comunidade Mamangalzinho, município de Igarapé-Miri (PA), uma vez que o trabalho feminino nas fábricas da comunidade possibilita diferentes contextos sociais e econômicos para um conjunto de mulheres ribeirinhas. A metodologia utilizada parte de uma linha analítica qualitativa e dialética, fazendo uso de instrumentos como entrevista semiestruturada com mulheres ribeirinhas trabalhadoras das fábricas de palmito da comunidade, levantamento documental e bibliográfico e levantamento de pontos no GPS para a construção do projeto cartográfico. Constatou-se a ocorrência de espaços especificados pelo gênero, motivados pela submissão do trabalho feminino à invisibilidade, precariedade, diferença remuneratória e outros elementos de subjugamento feminino, ainda que esta atividade cumpra um papel fundamental na geração de renda e sustento de tais mulheres e suas famílias.

**Palavra-Chave:** Trabalho, gênero, Amazônia, palmito

## ABSTRACT

This research addresses the topic of Work and Gender in the Amazon, dealing with the importance of female work in the historical-economic formation in the Amazon, considering the importance and expression of the dynamics of palm heart production in factories located in the Mamangalzinho community, municipality of Igarapé-Miri (PA), since female work in the community's factories provides different social and economic contexts for a group of riverside women. The methodology used is based on a qualitative and dialectical analytical line, making use of instruments such as semi-structured interviews with riverside women working in the community's palm heart factories, documentary and bibliographical survey and GPS point survey for the construction of the cartographic project. It was noted the occurrence of spaces specified by gender, motivated by the submission of female work to invisibility, precariousness, remuneration difference and other elements of female subjugation, even though this activity plays a fundamental role in generating income and sustenance for such women and their families.

**Keywords:** Work, gender, amazon, palmheart

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Mapa de localização do Município de Igarapé-Miri (PA) .....	<b>16</b>
<b>Figura 2:</b> Mapa de localização da Comunidade Mamangalzinho, Igarapé-Miri (PA) ..	<b>18</b>
<b>Figura 3:</b> Mapa de localização das fábricas em funcionamento e da primeira fábrica em Mamangalzinho, Igarapé-Miri (PA).....	<b>20</b>
<b>Figura 4:</b> Croqui representando a divisão do espaço interno das fábricas.....	<b>22</b>
<b>Figura 5:</b> Processo de beneficiamento do palmito .....	<b>23</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Quadro de funções.....	<b>23</b>
<b>Quadro 2:</b> Informações gerais das entrevistadas .....	<b>25</b>

## SUMÁRIO

<b>1 – Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>2 – Caracterização e histórico do trabalho feminino nas atividades extrativistas na Amazônia: .....</b>	<b>11</b>
<b>3 – Igarapé-Miri: formação histórico-geográfica:.....</b>	<b>16</b>
<b>4 – A Geografia do trabalho feminino em fábricas de palmito na comunidade Mamangalzinho: possibilidades de análise .....</b>	<b>19</b>
<b>5 – Considerações finais .....</b>	<b>28</b>
<b>6 – Referências bibliográficas.....</b>	<b>29</b>

## 1 – Introdução

A presente pesquisa parte do princípio de que a historiografia priorizou pontuar a formação histórico-econômica da região Amazônica por um viés masculino, o que por sua vez, secundarizou o olhar feminino, suas contribuições e protagonismo sobre tais processos históricos e geográficos. Como Aleksievitch (2016), consideramos que a história quando vivenciada por mulheres, passa a ter muitos outros sentidos e significados, no entanto tais contribuições assumem posição de invisibilidade e subjugamento através de relações marcadas pelo gênero, materializando-se no território.

Nossa pesquisa é mais uma contribuição que se soma aos trabalhos de tantas outras mulheres que levantam discussões, leituras e debates sobre o protagonismo e as contradições que cercam a temática do trabalho feminino na Amazônia, em especial a partir da análise das relações que envolvem o trabalho de mulheres ribeirinhas em fábricas de palmito na comunidade ribeirinha Mamangalzinho, município de Igarapé-Miri, no estado do Pará.

O município de Igarapé-Miri, situado na Região de Integração do Tocantins, mesorregião do nordeste paraense e na microrregião de Cametá, estado do Pará, conhecido nacionalmente como o maior produtor do fruto açaí, também se destaca pela produção de palmito, cuja produção é uma forte base econômica que estrutura modos de vida para comunidades produtoras, sendo uma delas a comunidade Mamangalzinho.

Esta comunidade ribeirinha é uma das comunidades de maior destaque na produção de açaí e palmito neste município, sendo igualmente atravessada por tais relações sociais de trabalho e de gênero. Na forte dinâmica das fábricas de palmito, mulheres estão inseridas em condições de invisibilidade, desvalorização e precarização de toda ordem, situações que manifestam ligações com discriminação e/ou preconceito enquanto ao seu gênero. Que consideramos ser o fator determinante para a definição de “funções e espaços de mulheres”, levando em conta que “a classificação do espaço é também uma classificação de espaços sociais e de domínios pertinentes a cada gênero” (WOORTMANN, 1991, p.3).

Assim, nosso objetivo é compreender de quais formas a definição de funções e a ocupação de espaços, orientada por essa lógica, condicionam organização, planejamento, remuneração e outros elementos fundamentais a vida no interior das fábricas.

Para tanto, entre nossos instrumentos metodológicos, optamos em primeiro lugar, pela realização de levantamento bibliográfico e documental, ou seja, buscamos por trabalhos e formulações que tratam da temática proposta (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 158), um apanhado sobre os principais trabalhos já realizados, capazes de fornecer dados atuais e

relevantes relacionados ao tema. Estão inclusos aqui teses, dissertações, artigos científicos e demais bibliografias e documentos.

Nossa pesquisa seguiu uma linha analítica qualitativa e dialética, ou seja, partimos do entendimento da relação entre o mundo concreto, suas subjetividades e contradições. Também utilizamos a técnica de entrevista semiestruturada, realizando ao todo oito entrevistas com mulheres que trabalham em diferentes fábricas na comunidade, para assim obter maiores informações e possibilitar maior compreensão acerca de tal realidade.

Para realização das entrevistas, elaboramos um roteiro com pelo menos vinte e três questões divididas em três grupos para obter diferentes informações sobre essas mulheres e o trabalho que realizam.

O primeiro grupo refere-se a informações gerais das entrevistadas (idade, escolaridade, estado civil, número de filhos, atividades realizadas para a obtenção de renda, tempo de trabalho em tais atividades) para entender o perfil dessas mulheres. O segundo grupo refere-se ao trabalho realizado nas fábricas (funções, remuneração, motivações, jornada de trabalho, vínculos com as fábricas e as condições de trabalho vivenciadas) para compreender o trabalho e as relações estabelecidas no âmbito das fábricas. O terceiro grupo diz respeito às percepções sobre desigualdades dentro das fábricas (relativas à diferenciação dos espaços de desenvolvimento do trabalho, as diferenças remuneratórias, as limitações impostas e outros) para compreender de que forma a mulher compreende as atividades e espaços de gênero e as desigualdades promovidas.

A fundamentação teórica da pesquisa parte da perspectiva da condição da mulher no campesinato, de uma discussão iniciada por Chayanov (1974), Oliveira (2001), Fenício e Leite (2019). Neste sentido, tenta-se resgatar o histórico do trabalho feminino na Amazônia a partir dos autores: Ravena (2005), Pinto (2012), Torres (2007), Machado (2007), Brito (2017), RODRIGUES et al. (2017), Furtado (2017), Wanzeller (2015), Chaves e César (2019). Ademais, com as contribuições de Woortmann (1991) para compreender os espaços de gênero presentes nas fábricas de palmito, e por fim, para entender o contexto histórico de Igarapé-Miri, utilizamos Reis (2008), Ferreira e Nahun (2022).

Portanto, ao buscar entender quem são essas mulheres, como trabalham e de que forma enxergam seu ambiente de trabalho e as relações estabelecidas neste meio, compreendemos que se tratam de mulheres que encontram nas fábricas uma alternativa em busca de melhores condições de vida, atividade que assume a função de principal fonte de renda, ainda que pesem atividades complementares como o extrativismo, a pesca, o cultivo e a comercialização de produtos da agricultura familiar e outros.

Notamos uma realidade complexa que carece de cada vez mais estudos e formulações de estratégias, leis eficazes e demais ações por parte dos diversos segmentos da sociedade, para que possamos nos aproximar de uma realidade onde haja mais equidade entre mulheres e homens, menos discrepâncias em remunerações de trabalhos equivalentes, preconceitos, invisibilidade e desvalorização do trabalho feminino.

A presente pesquisa, divide-se em três partes: na primeira abordamos a caracterização e histórico do trabalho feminino nas atividades extrativistas na Amazônia, a partir de uma análise campesina, na segunda parte trata-se da formação histórico-geográfica do município de Igarapé-Miri, e por fim, na terceira tratamos do trabalho feminino em fábricas de palmito na comunidade Mamangalzinho.

## **2 - Caracterização e histórico do trabalho feminino nas atividades extrativistas na Amazônia**

A formação socioespacial da região amazônica foi marcada historicamente por diversas e intensas atividades de exploração de sua diversidade natural e de seus povos em diferentes momentos históricos, nesse processo, o trabalho sempre constituiu um elemento central na manutenção de tais atividades com a produção de riquezas, desde as drogas do sertão a atualidade. De forma geral, nesses intensos períodos de exploração de mão de obra, o trabalho desenvolvido por mulheres tornou-se objeto de invisibilidade em relação ao trabalho masculino, atravessado por relações territoriais e de resistência em uma estrutura marcadamente machista.

Entendendo que relações de gênero são pensadas em diferentes momentos históricos e em diferentes configurações do espaço (WOORTMANN, 1991), para compreender as relações de trabalho estabelecidas entre homens e mulheres na região amazônica, é necessário segundo Castro (1998) compreender o sistema produtivo ativo indissociável de outras atividades do cotidiano das pessoas, como relações de parentesco e outras, onde determinadas responsabilidades e atividades são assumidas principalmente por mulheres.

Dentre esses intensos períodos e atividades econômicas, o extrativismo vegetal e animal e a agricultura baseada no trabalho familiar merecem destaque por permitirem a reprodução de tantas outras atividades, em ambientes florestais, agrícolas, mananciais, terrestres e aquáticos conforme Reis (2008).

Nesse sentido, por meio da historiografia pensamos ser necessário entender o trabalho feminino em duas principais dimensões: a primeira diz respeito a condição da mulher no campesinato, ou seja, de que forma a mulher camponesa tem produzido e resistido no território, entendendo que no campesinato o camponês é, entre outras coisas, uma pessoa que luta pela

terra (FENÍCIO, 2006), e com outros modos de produzir a vida para além do modo capitalista de produção. A segunda é referente a vida dessas mulheres camponesas no capitalismo, mesmo não estabelecendo relações propriamente capitalistas ou submetidas ao trabalho assalariado (OLIVEIRA, 2001).

Assim, desde a exploração agrícola e extrativista colonial caracterizada por uma produção diversificada, mas irregular no que se refere a gestão colonial de grandes extensões de terras, o que impossibilitava certo controle político, de maneira especial em unidades como o Grão-Pará (RAVENA, 2005), passando pelo trabalho e produção de autoconsumo em quilombos, aldeias indígenas e demais comunidades camponesas e ajuntamentos sociais, em contraste com a produção colonial, o trabalho feminino sendo de grande importância.

Para Chayanov (1974), o conceito de organização de uma unidade de produção doméstica camponesa tem sua essência no trabalho familiar, onde mulheres desempenhavam papéis importantes na cadeia de produção, caçando, coletando, pescando, plantando e administrando os quilombos e outros. Em se tratando de quilombos, Pinto (2012) considera que:

A mulher desempenhava um papel de vital importância. Podia ajudar tanto na produção econômica como "administrar" em termos logísticos, materiais e culturais os próprios quilombos. Pois, estes eram ao mesmo tempo comunidades camponesas e unidades militares. Na manutenção material, no abastecimento de provisões, na confecção de roupas, de utensílios, no mundo espiritual e no mundo do trabalho, de forma geral, as mulheres foram muito importantes nas comunidades de quilombolas. (PINTO, 2012, p. 2.)

A mesma autora destaca que, na Amazônia mulheres como Maria Felipa Aranha, figura feminina importante para a resistência quilombola por meio de sua liderança política, trabalho e manutenção de quilombos na microrregião de Cametá, estado do Pará, são evidências concretas de que a mulher negra desempenhou com força, coragem e desenvoltura o destino de quilombolas e outros sujeitos. Com base nesse exemplo a autora destaca:

As Negras Leonor, Virgínia, Francisca, Maximiana e outras no quilombo do Paxibal, se embrenharam na mata para ajudar na sua constituição e ali faziam atividades, até então consideradas como afazeres só masculino, como: caçar, trabalhar na construção das improvisadas barracas de moradia - os tapiris cobertos e emparedados com palhas, como Ubim e sororoca. Além de outras tarefas que praticavam no quilombo como, a plantação de roças, coleta dos frutos do mato, pesca, marisco, fabricação de utensílios de barro, redes de dormir e roupas de fibra de curuanã e palha de palmeiras. (PINTO, 2012, p. 2)

Mulheres que tal qual Maria Felipa Aranha representam esse protagonismo feminino no campo amazônico.

As relações entre os gêneros também atravessavam com outras particularidades as comunidades indígenas, suas culturas e crenças. As mulheres indígenas também exerciam atividades de extrema importância para a existência de seu povo, ainda que muitas dessas atividades eram consideradas trabalhos exclusivamente femininos. Torres (2007) destaca que:

Nas sociedades indígenas da Amazônia [...] A divisão sexual do trabalho é o suposto da produção e tem nas atividades femininas o ponto basilar da organização do trabalho. Na etnia Ticuna da Amazônia brasileira a mulher é preparada para realizar o trabalho de artesã. A menina quando atinge a menarca é submetida a um noviciado moçangol. Ela fica mais de 30 dias isolada num determinado local sem ver o sol. Somente a mãe ou a irmã mais velha têm a autorização do pajé ou xamã para entrar no local, dar-lhe alimento e auxiliá-la na higiene corporal. A menina entra em reclusão para aperfeiçoar as prendas domésticas e aprender a fazer os utensílios que irá utilizar na sua casa após o casamento, depois de passar pelo ritual da menina-moça (TORRES, 2007, p. 469).

Deve-se notar, que essa divisão de atividades pelo gênero está presente nas relações de trabalho em diferentes funções exercidas por mulheres indígenas, “[...] a divisão sexual do trabalho não esgota a noção de relações de trabalho transpassadas pelo corte de gênero. As relações de trabalho sexuadas comportam construções culturais e históricas interdependentes e complementares” (TORRES, 2007, p.171), essas relações de trabalho vão muito além da produção de renda, as mulheres da Amazônia produzem e reproduzem nos territórios uma infinidade de relações sociais atravessadas pelo gênero:

As mulheres se envolvem em uma série de outras tarefas que não aquelas voltadas, necessariamente, à produção de renda. Assim, cabem a elas as atividades ligadas aos cuidados com a saúde dos membros da família, cuidado com a criação de animais em seus quintais, com a roça, transporte de água, lenha e de produtos dos roçados, dentre outras. Muitos desses fazeres se encontram intimamente relacionados ao ambiente em que vivem, o que é mediatizado por suas próprias culturas e sociedades (MACHADO, 2007, p. 486).

Essas outras atividades exercidas pelas mulheres no cotidiano possibilitam que suas famílias possam resistir ante ao processo de exploração de seus territórios, pois além do trabalho feminino estar ligado diretamente ao consumo da família, facilmente encontra-se a resistência em defesa de modos e melhores condições de vida na Amazônia.

Como exemplo lembramos ainda o trabalho feminino nos ciclos baseados na exploração da borracha, onde também cumpriu papéis relevantes durante todo o processo em si, na produção de alimentos e na resistência ante a superexploração do trabalho dos seringalistas. Brito (2017) considera o trabalho feminino como algo além de um mero complemento como a historiografia costuma contar nesse contexto, uma vez que mulheres trabalhavam nos próprios

seringais, barracões, na produção de alimentos e outros, o que possibilita às suas famílias uma estratégia contra a dependência dos caros produtos dos barracões dos patrões, mesmo significando um aumento de trabalho para essas mulheres.

Segundo Kautsky (1986), reorganizar as relações de trabalho familiar é importante para a continuidade do modo de vida dos camponeses, mesmo que essa reestruturação seja uma superexploração do trabalho dessas mulheres que exerciam muitas atividades para o sustento familiar.

Tal qual ocorreu com tais mulheres, atualmente mulheres ribeirinhas, caboclas, quilombolas, indígenas e camponesas de forma geral, enfrentam e são afetadas pela invisibilidade e desvalorização do trabalho, superexploração e as contradições geradas por esse processo. Machado (2007) exemplifica isso por meio da mulher cabocla.

No caso de ser uma mulher cabocla é comum que haja mais um motivo para sua depreciação, pois essa população tradicional amazônica tem sido discriminada por diferentes espaços e segmentos sociais. Quando essa mulher cabocla é identificada como pescadora a situação se torna mais complexa, na medida em que o trabalho na pesca é pouco considerado pelo poder público e pela própria academia, o que por certo acarreta o esquecimento desse setor em relação a outras atividades desenvolvidas por essa população tradicional (MACHADO, 2007, p. 487).

Ainda sobre a questão da pesca, Rodrigues et al (2017) destaca que mulheres:

[...] têm papéis permanentes no cotidiano de pesca, além de todas as obrigações domésticas realizadas, possuem tarefas que fazem parte do trabalho de pesca do camarão, realizado somente por elas. Existem diferenças e semelhanças nas relações do trabalho de pesca do camarão, porém, desiguais e desfavoráveis às mulheres. (RODRIGUES et al. 2017, p.3)

Consideramos que essa categorização do trabalho feminino como fácil e secundário, retrata as relações hierárquicas construídas por toda a Amazônia que atravessam e afetam diariamente as relações que mulheres trabalhadoras exercem em seus territórios.

Outro exemplo capaz de ilustrar esse processo se dá nos manguezais amazônicos conforme Machado (2007), onde o trabalho desenvolvido em sua maioria por mulheres na coleta de moluscos e crustáceos é pouco valorizado entre os próprios pescadores por não estar diretamente ligado à captura de peixes em alto-mar.

Por toda a Amazônia, esse quadro que já apresenta grandes disparidades entre os gêneros tende a se agravar ainda mais ao passo que grandes intervenções em comunidades, municípios e regiões são planejadas e executadas pelo Estado brasileiro e pelo capital internacional. A Região de Integração do Tocantins ou simplesmente baixo Tocantins, no

nordeste paraense, é um exemplo de tais intervenções e implicações por meio da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí. Sobre essas intervenções, Furtado (2017) em estudos realizados com mulheres da região ressalta:

Cabe ressaltar que a vida ribeirinha do baixo Tocantins sofreu grandes impactos após o início da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí a partir da década de 1970 e só agravou-se ainda mais depois que ela começou a funcionar de fato, isso por volta de 1984, que acarretou grandes impactos ambientais a região, e afetou profundamente a produtividade do pescado [...] as mulheres que outrora se dedicavam mais aos seus afazeres domésticos e aos filhos [...] passaram a ajudar de modo mais efetivo seus maridos a fim de garantir uma melhor qualidade de vida para a família, se deslocando com os mesmos para o mato em busca do fruto açaí com o intuito de extraí-lo e vendê-lo para complementar a renda familiar. (FURTADO, 2017, p. 71)

Concordamos com Furtado (2017) ao considerar tais implicações e a importância do trabalho feminino provocada através do lugar que a produção do açaí e outras práticas passou a ocupar para a garantia de renda e reprodução de vida.

Nogueira, et al (2021) destaca que a inserção das mulheres no mercado de trabalho como um todo, trouxe a apropriação de sua força de trabalho pelo capital e a superexploração agravada com a desigualdade nas relações de gênero no território. Nessa região do baixo Tocantins esse fato ficou evidente especialmente através da inserção de mulheres em fábricas de palmito no município de Igarapé-Miri.

Uma vez situadas em realidades adversas com o agravante de violências de muitas naturezas no campo, o agravante do descumprimento e a própria ausência de direitos trabalhistas, cada vez mais essas mulheres passaram a vivenciar jornadas de trabalho maiores que a dos homens ganhando menores remunerações. Trabalho que está para além do chão das fábricas em si, mas associado com os trabalhos domésticos, trabalho de cuidado e outros, caracterizando tal superexploração em posição de invisibilidade. Em suma, o que se observa que:

A formação econômica-social capitalista, caracterizada pelo avanço da concentração da propriedade privada dos meios de produção, acaba por fazer da mulher meio de manutenção das relações de exploração, haja vista que as mesmas são condicionadas a responsabilidade moral de defesa do equilíbrio da manutenção familiar, e de serviços domésticos. A condicionalidade da mulher aos comportamentos citados reproduz a irracional defesa da diferenciação entre homens e mulheres a partir da marginalização a qual foi destinada a mulher, imprimindo assim características definidas como própria do sexo feminino tais como docilidade, debilidade física, dependência e fraqueza. Assim acabam por se ocupar de forma secundária, desconsideradas nas funções produtivas (WANZELLER, 2015, p. 4).

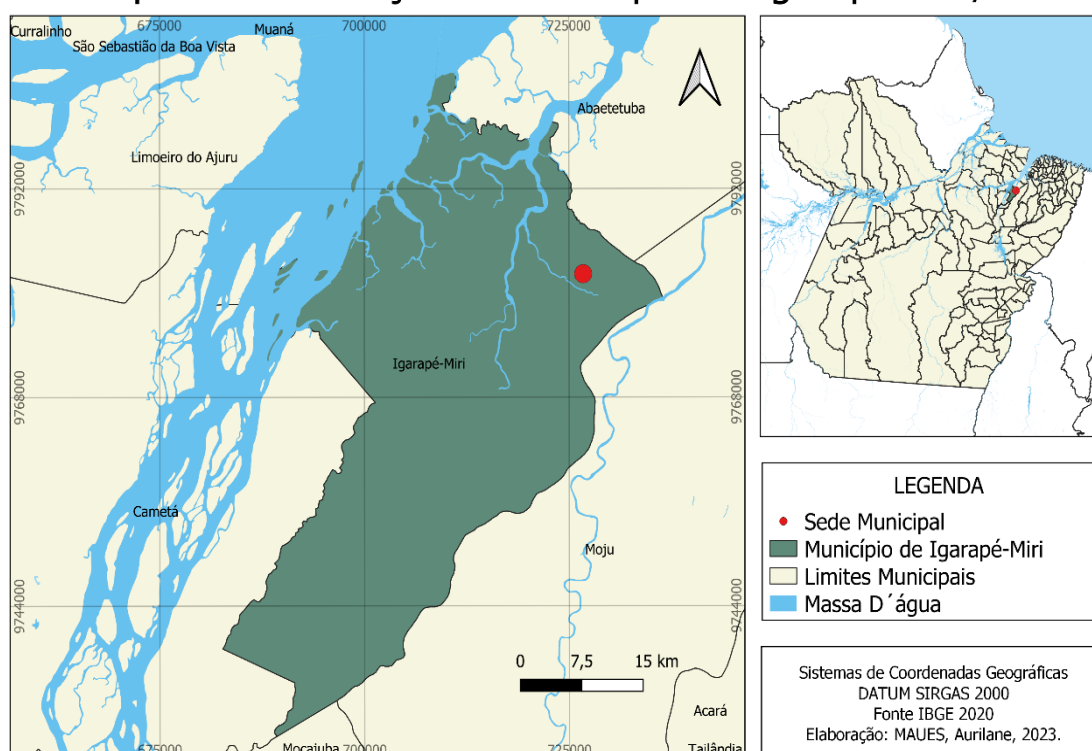
A formulação e a manutenção dessa diferenciação irracional e hegemônica promovida na região amazônica, associada a questões étnico raciais, econômicas e outras, foi o que levou Chaves e César (2019) a considerar que as mulheres que habitam a Amazônia brasileira, região tão subalternizada, em um país e um continente igualmente subalternizados, estariam em um grau mais alto ainda de vulnerabilidade social. Acreditamos que seja essa a realidade das mulheres ribeirinhas que trabalham nas fábricas às quais voltaremos a tratar.

### 3 – Igarapé-Miri: formação histórico-geográfica

O município de Igarapé-Miri, é um dos 144 municípios do Estado do Pará, de acordo com o IBGE (2022) pertence a Mesorregião Nordeste Paraense, Microrregião de Cametá e o Baixo Tocantins, possui uma área territorial de 1.996,790 km<sup>2</sup>, tendo uma densidade demográfica de 32,47 hab./km<sup>2</sup>, e uma população estimada em 64.831 pessoas em 2022, sendo 29.661 (51,12%) de homens e 28.362 (48,88%) de mulheres no município, distribuídos em 26.209 (45,17%) na área urbana e 31.814 (31.814%) na área rural do município.

**Figura 1:** Mapa de localização do Município de Igarapé-Miri/PA

#### Mapa de Localização do Município de Igarapé-Miri/PA



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Conforme Reis (2008), o município possui 60% do seu território em área de várzea, composta por 16 ilhas: Caji Jarimbu, Panacuaera, Complexo Batuque, Catimbau, Pindobal,

Anapu, Itaboca, Maúba, Samauma, Buçu, Mutirão, Santa Cruz, Jamurim, Complexo Jocaminhoca e Mamangal, sendo a ilha Mamangal o território onde se situa a comunidade ribeirinha abordada nesta pesquisa.

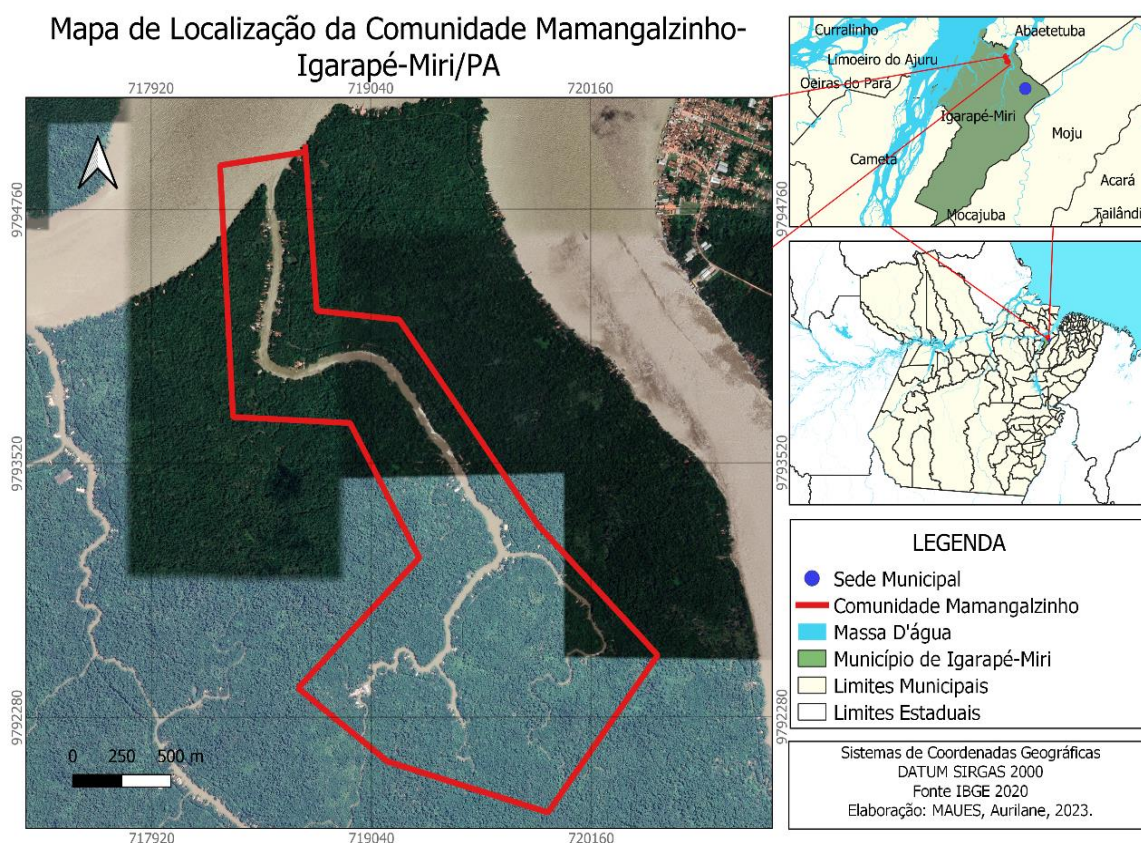
A comunidade Mamangalzinho, localizada na ilha Mamangal, possui 2.110 metros de distância em linha reta do distrito Vila Maiauatá, sendo o principal local de deslocamento para obter serviços de saúde, comércio e etc. de pouca complexibilidade sendo o distrito mais próximo da comunidade. Considerando que a distância 15.256 metros da sede municipal o deslocamento é relevante para obter os serviços em geral de maior complexibilidade.

Para Cunha (2006), a história do município é atravessada por relações coloniais de exploração, caracterizadas pelo extrativismo, pela produção canavieira e pela instalação de engenhos e fábricas para atender os interesses da Coroa Portuguesa.

Igarapé-Miri surgiu no início do século XVIII, a partir de uma fábrica nacional para aparelhamento e extração de madeiras de construção, que eram comercializadas em Belém. Da condição de paróquia (1752), freguesia e vila (1843), foi elevado a município em 1845. No ano de 1930, foi extinto (04/11) e restaurado (27/12) em menos de dois meses. (CUNHA, 2006, p. 5)

Com a instalação dos engenhos localizados em diferentes comunidades e áreas do município, outras comunidades foram criadas, dentre as quais destacamos a comunidade Mamangalzinho, cuja história é atravessada pela instalação do engenho Santa Maria, de reponsabilidade do Coronel José Garcia e posteriormente pela instalação de fábricas de palmito e o próprio cultivo e manejo do açaí.

**Figura 2:** Mapa de localização da Comunidade Mamangalzinho - Igarapé-Miri/PA



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Ainda referente aos engenhos, Ferreira e Nahun (2022) discorrem que vivendo em função do trabalho nos engenhos, os trabalhadores mal conseguiam garantir o sustento diário de suas famílias e viviam em sua maioria em casas simples de madeira, cobertas com palhas e iluminadas à luz de lamparina.

De acordo com Ferreira e Nahun (2022), “Os ribeirinhos plantavam os roçados, cortavam e carregavam a cana-de-açúcar nos batelões, em que era transportada para os engenhos, além de atuarem como força de trabalho no processo de beneficiamento da cana em aguardente, nos engenhos” (Ferreira, Nahun, 2022, p. 62). Neste sentido, Nascimento (2017) destaca que, nos engenhos a mão-de-obra feminina era posta de forma desigual, caracterizada por relações de invisibilidade de gênero.

Com a decadência dos engenhos, os ribeirinhos passaram a suprir as necessidades econômicas com a intensificação do extrativismo na região, cultivo do açaí posteriormente se tornou o principal gerador da economia do município e na década de 90, de acordo com Reis (2008), iniciou-se a instalação das primeiras fábricas de palmito na região, ocupando definitivamente espaço deixado pelos engenhos no município.

Dessa forma, as fábricas passaram a conciliar contraditoriamente problemas ambientais, reprodução de invisibilidade e desvalorização do trabalho feminino e outros, e a geração de um número significativo de postos de trabalho com remuneração diária, semanal ou quinzenal, e a consequente geração de renda e aquecimento da economia do município como um todo.

#### **4 – A Geografia do trabalho feminino em fábricas de palmito na comunidade Mamangalzinho: possibilidades de análise**

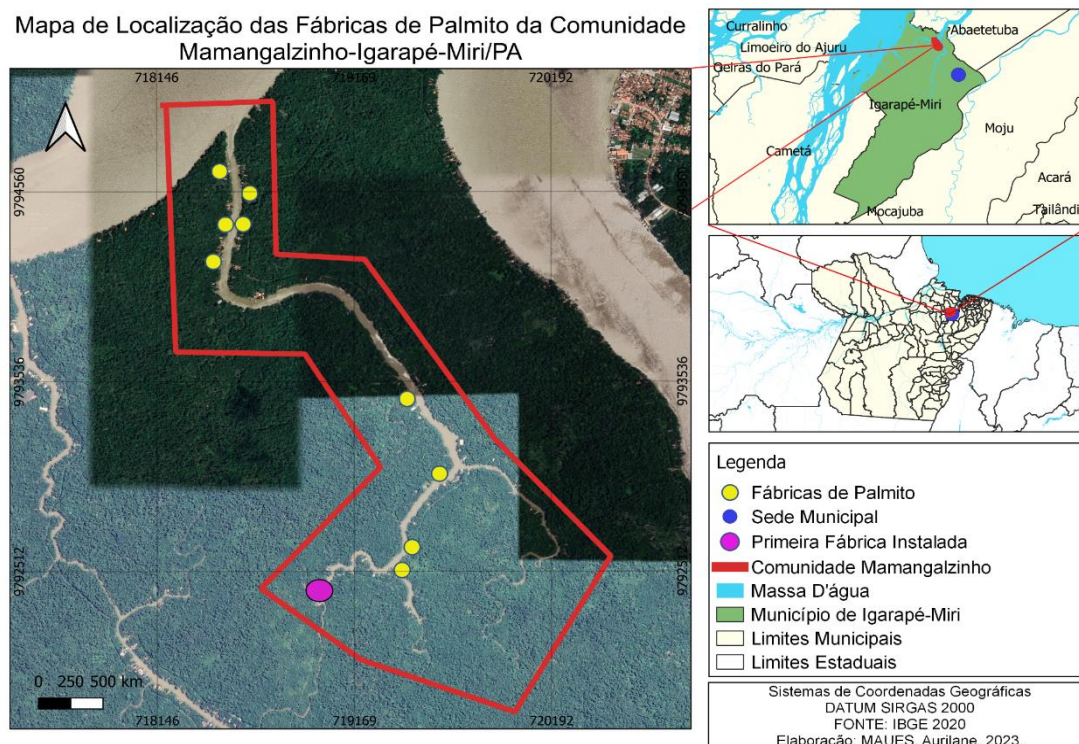
A comunidade Mamangalzinho, possui cerca de 280 famílias, sendo mais uma entre tantas outras comunidades ribeirinhas produtoras de açaí do município de Igarapé-Miri, região do baixo Tocantins, nordeste paraense. Nessa condição, congrega o extrativismo e o manejo do açaí associado à produção de culturas como a manga, cacau, cupuaçu, urucum, jambo, coco, etc. A pesca e a produção de palmito em conserva também são algumas das principais atividades na garantia da reprodução da vida nesse contexto.

Durante o período colonial a economia da comunidade foi baseada na produção de aguardente da cana de açúcar, produzida no engenho Santa Maria, situado na comunidade. Assim, a aguardente produzida era transportada para a capital Belém para alcançar os principais mercados consumidores a níveis nacionais e internacionais. No entanto, após a decadência dos engenhos, e especialmente com o fechamento do engenho Santa Maria, a produção da comunidade passou predominantemente a ser resumida ao açaí e mais recentemente a produção de palmito em conserva.

Atualmente a comunidade Mamangalzinho dispõe de 10 fábricas de palmito em conserva em funcionamento, com um quantitativo de 139 funcionários, sendo 66 mulheres trabalhando nessas 10 fábricas. Trabalho realizado por homens e mulheres de acordo com uma lógica espacial e de gênero que define cada tarefa e remuneração.

Esse número de fábricas e de trabalhadores pode variar de acordo com a safra, geralmente entre os meses de dezembro e maio, e o período da entressafra, de junho a novembro, ligadas inversamente com a safra e entressafra do açaí, possibilitando uma espécie de alternância com a produção do açaí.

**Figura 3:** Mapa de localização das fábricas em funcionamento e da primeira fábrica em Mamangalzinho-Igarapé-Miri (PA)



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Na safra do palmito as fábricas funcionam em capacidade máxima gerando muitos postos de trabalho para beneficiar a produção que advém da própria comunidade e de outras comunidades do município, bem como de comunidades de municípios vizinhos como Cametá, Moju, Abaetetuba e Limoeiro do Ajurú. No entanto, com base nas investigações de trabalho de campo, constatou-se que apenas uma dentre essas fábricas possui todos os registros e licenciamentos legais necessários à atividade.

A dinâmica territorial da clandestinidade presente nas fábricas favorece o processo de precarização do trabalho realizado, pois mesmo ofertando postos de trabalho, não existem condições adequadas a uma boa produção, seja pela ausência instrução, apoio técnico, crédito e demais políticas públicas, como alegado pela parte de proprietários, quanto pelas dificuldades alegadas pelos poderes públicos. O que impede a utilização de imagens das fachadas e do interior das fábricas, e resulta em uma ausência de informações que ajudaria a dimensionar as dimensões econômicas, sociais, trabalhistas, produtivas e demais, dessas fábricas, além do fato de sua produção ser absorvida por outras fábricas que por sua vez possuem os registros necessários à produção e comercialização.

A primeira fábrica instalada na comunidade data do ano 2000, e desde então o sistema adotado enquanto ao pagamento do trabalho realizado é a diária, geralmente repassadas aos fins de semana ou mesmo a quinzena, junto a culminância da venda do produto já em conserva.

Nesse sentido, o que nos chamou a atenção nesse processo foi a evidência cada vez maior de que julgamos ser um modelo baseado na diferenciação das remunerações, funções, valores e espaços do trabalho desenvolvido por homens e mulheres nestas fábricas.

Notou-se que os seus quadros de trabalhadores ilustravam essa diferença pois os homens transitavam por diferentes serviços e espaços enquanto as mulheres viam-se limitadas ao trabalho nas bancas ou bancadas para a realização de uma atividade em especial, o corte do palmito, atividade de menor valor remunerativo. Nesse ponto, chamamos a atenção para a destinação feminina a uma atividade interpretada como “tarefa da mulher”, pela técnica do corte ter singularidade e remeter as tarefas da cozinha de suas casas onde historicamente e estruturalmente estiveram inseridas.

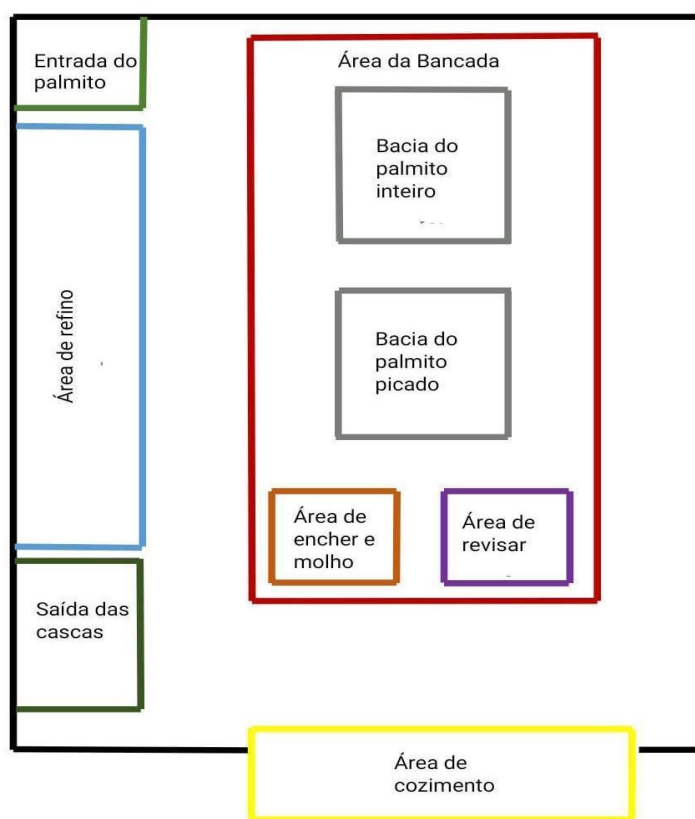
No Mamangalzinho, bem como em toda a Amazônia, é comum que em casas em comunidades ribeirinhas haja espaços denominados “giral”, ou simplesmente bancada abreviado para banca, equivalentes plataformas de pia. Nestes espaços concentram-se alguns dos principais serviços domésticos, via de regra, desenvolvido por mulheres: lavagem de roupas, louças, preparo de alimentos, manipulação de ervas e outros, geralmente não remunerados, de pouca ou nenhuma valorização e visibilidade.

Nesse sentido, ocorre o que consideramos ser uma sobreposição de desvalorização e invisibilidade do trabalho feminino, pois estas mulheres, já tão subjugadas em suas casas, passam a sofrer alguns dos mesmos processos no interior das fábricas ao serem submetidas a atividades consideradas como “fáceis”, cujas mesmas teoricamente “já estariam habituadas naturalmente”. Atividades como o corte do palmito inteiro e picado, limpeza do palmito, manipulação de molhos e inspeções.

Isso fica evidente em sua remuneração quando comparada a dos homens, bem como no tempo de serviço no interior das fábricas, visto que em certos casos a responsabilidade da limpeza das fábricas também é direcionada às mulheres, fazendo com que sejam longas suas jornadas de trabalho, seja pela limpeza em si, neste sentido, notou-se que essas mulheres atuam diretamente nas principais funções dentro das fábricas, visto que cabe a elas a responsabilidade pela qualidade do produto final, seja pelas demais atividades da bancada e de revisão da produção, o que as leva adiantar horários estabelecidos para entrada e a ultrapassar os estabelecidos para a saída, ainda que inexista qualquer perspectiva da hora extra.

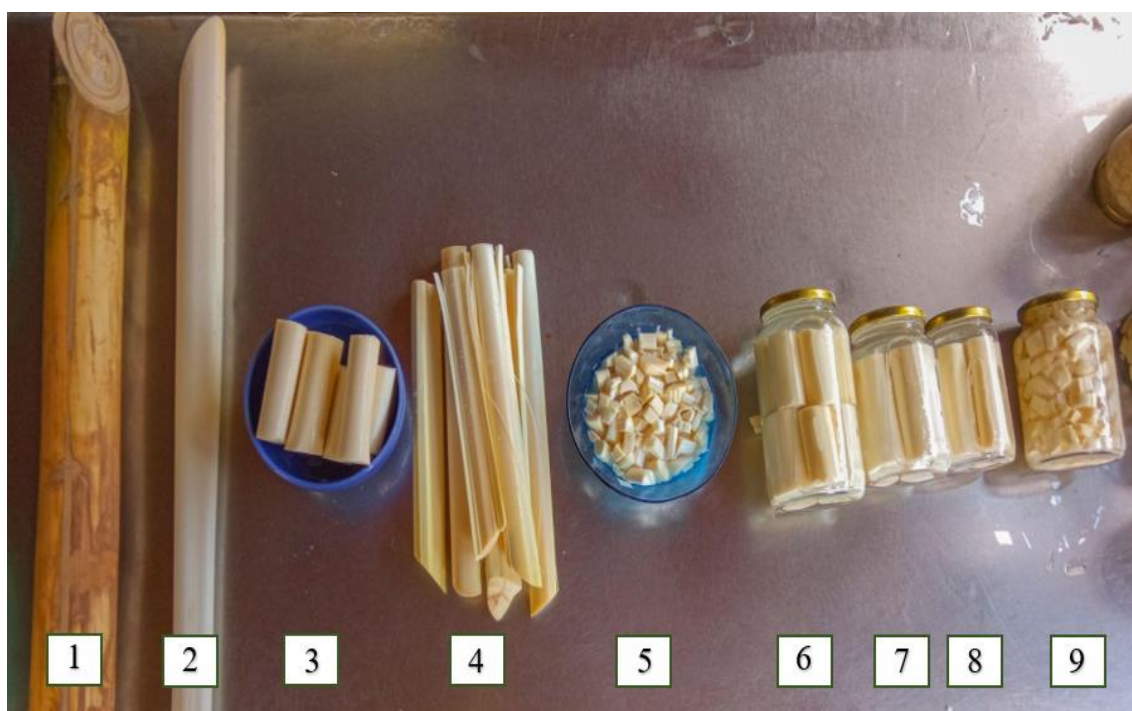
As investigações dos trabalhos de campo apontam que a partir do ano de 2019, as fábricas passaram a trabalhar também na entressafra, ou seja, o ano todo, com poucos períodos de pausa na produção, integrando famílias inteiras na atividade produtiva e tornando-a principal fonte de renda das mesmas, com um método de base artesanal que consiste basicamente no: a) Carreto, b) Refino, c) Corte do inteiro, d) Corte do picado, e) Enchedor, f) Molho, g) Revisa e tampa, h) Cozimento. Geralmente sem equipamentos industriais, tecnológicos ou mesmo de proteção, em estruturas físicas de dimensões retangulares, contando em sua grande maioria apenas com o piso e cobertura.

**Figura 4:** Croqui representando a divisão do espaço interno das fábricas



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Em sua grande maioria, essas construções são feitas a partir de pisos de madeira ou alvenaria e teto coberto com telhas de barro, fibrocimento ou palha, organizadas para as diferentes atividades produtivas conforme ilustrado na figura (4).

**Figura 5:** Processo de beneficiamento do palmito

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Na figura (5) ilustramos o processamento. Da esquerda para a direita: o primeiro estado diz respeito a como o palmito chega à fábrica até a área de refino, o segundo é o estado após o refino, o terceiro é o estado após o corte inteiro em medidas, o quarto é o restante do palmito, após o corte inteiro, que será utilizado no corte picado, o quinto é o restante do palmito já picado, o sexto, o sétimo e o oitavo estado são os estados do palmito inteiro em conserva, pronto para ser comercializado, o nono é o palmito picado já em conserva, igualmente pronto para ser comercializado.

Ao todo, desde a chegada até a saída, as trabalhadoras e os trabalhadores cumprem diárias de até 10 horas de trabalho, incluindo finais de semana quando há disponibilidade de palmito.

**Quadro 1:** Quadro de funções

Serviços	Caracterização	Gênero predominante	Pagamentos
----------	----------------	---------------------	------------

Carreto	Responsável por carregar o palmito para a área de refino e cascas para o descarte após o refino.	Somente homens	100 reais a diária.
Refino	Responsável por retirar as cascas não comestíveis do palmito.	Somente homens	100 reais a diária.
Corte do inteiro	Responsável por cortar e armazenar o palmito após refino na medida utilizada para esse tipo de conserva.	Homens e mulheres	100 reais a diárias para homens e 60 reais a diária para mulheres.
Corte do picado	Responsável por cortar e armazenar o restante do palmito que não serviu para o corte inteiro.	Somente mulheres	60 reais a diária.
Enchedor	Responsável por manipular o palmito já cortado (inteiro ou picado) e adicioná-lo aos potes de vidro.	Homens e mulheres	100 reais a diárias para homens e 60 reais a diária para mulheres.
Molho	Responsável por adicionar o molho (sal e ácido cítrico) nos potes de vidro para a conservação, e fazer a revisão contra possíveis resíduos e demais imperfeições do processo.	Somente mulheres	60 reais a diária.
Cozimento	Responsável por carregar as basquetas com os potes de palmito e levar para o cozimento.	Somente homens	150 reais a diária.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Das sete funções caracterizadas, três são realizadas somente por homens: carreto, refino e cozimento, sendo essas as funções que concentram maior remuneração, outras duas funções: corte do inteiro e enchedor, são realizadas por homens e mulheres, porém, com uma larga diferença nos pagamentos das diárias, uma vez que, o pagamento de homens é superior em até

60% o pagamento de mulheres. As únicas duas funções realizadas somente por mulheres têm o menor valor de diária.

Quando perguntadas sobre esse processo de remuneração, as oito mulheres entrevistadas alegaram ter consciência de que recebem menos e que nunca questionaram o motivo de tais diferenças, justificando que recebem de acordo com os pagamentos de outras mulheres. A entrevistada D, trabalhadora e proprietária de uma das fábricas nos relata:

O pagamento aqui é por diária né, 60 reais a mulher, 100 o homem, só que aí também varia conforme a função, [...], depende da função das pessoas e a mulher é geral, não depende de onde elas trabalham é geral e eu com elas trabalhamos na banca mesmo. E o meu pagamento é da mesma forma delas, só que o meu eu falo, a minha diária era para valer 100 reais, porque eu não só trabalho igual elas, eu faço tudo, então eu tinha que ser 100, eu falo pra eles. (Entrevistada D, pesquisa de campo. Mamangalzinho, 2023)

Dentre todas as entrevistadas, duas são proprietárias de fábricas junto a seus companheiros e trabalham regularmente, as outras seis mulheres trabalham em determinados períodos, mediante a avisos prévios.

**Quadro 2:** Informações gerais das entrevistadas

Entrevistada	Idade	Escolaridade	Estado civil	Filhos	Tempo de serviço	Função	Outra renda
Entrevista A	23 anos	Ensino médio incompleto	União estável	1	3 anos	Banca manipulando o molho, tampando e revisando.	Sim
Entrevista B	23 anos	Ensino médio completo	Solteira	Não tem	1 ano	Banca cortando picado	Sim
Entrevista C	39 anos	Ensino médio incompleto	Solteira	4	5 anos	Banca manipulando molho	Sim
Entrevista D	40 anos	Ensino fundamental	Solteira	5	6 anos	Proprietária	Sim

		incompleto					
Entrevista E	29 anos	Ensino fundamental incompleto	União estável	4	5 anos	Proprietária	Não
Entrevista F	35 anos	Ensino médio incompleto	Solteira	4	7 anos	Banca manipulando o molho	Sim
Entrevista G	28 anos	Ensino médio completo	União estável	Não tem	10 anos	Banca cortando inteiro	Sim
Entrevista H	26 anos	Ensino fundamental incompleto	Solteira	2	11 anos	Banca cortando picado e manipulando molho.	Sim

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Do conjunto das mulheres entrevistadas apenas duas declararam ter concluído o ensino médio, três declararam ter o ensino médio incompleto e outras três o fundamental incompleto. Tais dados apontam para uma realidade atravessada por processos formativos precários, incompletos e deficientes, que implicam na vida dessas mulheres.

Com idades entre 23 anos e 40 anos, percebemos tratar-se de mulheres que mesmo consideravelmente jovens, possuem notável tempo e experiência de trabalho. As entrevistas G e H, por exemplo, declararam possuir 10 e 11 anos de trabalho, respectivamente. Trabalho que, de acordo com elas, apesar das contradições vivenciadas, tem garantido renda essencial ao sustento de suas famílias.

A entrevistada G, destacou nesse mesmo sentido que por meio do trabalho nas fábricas tornou-se possível o pagamento de suas contas e construção de sua casa, alegou ainda que antes das fábricas ela não tinha perspectiva nenhuma de trabalho.

Outras quatro mulheres também são mães solo, cuja criação e sustento de seus filhos depende principalmente do seu trabalho. Sobre essa realidade, a entrevistada F relata: “Eu tenho precisão de trabalhar em fábrica, mas não é o que eu gostaria pra minha vida, mas é a única

coisa que tem aqui no interior pra fazer, e todo meu dinheiro é utilizado pra sustentar meus filhos.” (Entrevistada F, Pesquisa de campo. Mamangalzinho, 2023).

A entrevistada D, que também é proprietária de fábrica, fala da importância do trabalho realizado para investir na educação dos filhos:

O principal destino da renda da fábrica foi três ensino superior, três filhos na faculdade fazendo, foi pra isso, o destino foi esse, e o maior destino do dinheiro foi esse, o estudo deles, foi pra isso que nós montemos a fábrica, que quando meu filho passou no vestibular, que foi estudar pra outro lugar, nós ficamos pensativos como ia manter ele, aí o meu marido foi em outra fábrica e conversando né, aí foi que falou na fábrica, e nós começamos por causa disso, nós tinha que manter ele estudando, agora veio aprovação do outro filho, veio a da outra filha e o principal investimento que a gente faz é isso, que muitas das vezes a gente recebe até crítica e os resultado são isso, um já tá formado, o outro tá formando, que eu vejo é isso, sem esse trabalho não tinha conseguido, porque mesmo que tenha outro ramo não dá, é a fábrica, a fábrica, foi graças ao trabalho da fábrica que os pequenos estão se formando né (Entrevistada D, Pesquisa de campo. Mamangalzinho, 2023).

Além de espaço de intensas atividades, as fábricas também possibilitam interação social entre essas mulheres, que de acordo com as mesmas, cumprem importante função em suas vidas, incluindo aí dimensões afetivas, cooperativas, psicológicas, informativas e dimensões da solidariedade. Observamos que as relações afetivas, tecidas em geral em comunidades ribeirinhas, neste caso no Mamangalzinho, são transpassadas para territórios de trabalho, neste caso as fábricas.

Sobre isso, a entrevistada C relata: “olha, eu comecei trabalhar porque eu peguei depressão, aí pra acabar a depressão eu tive que ir pra fábrica trabalhar [...] é bom porque a gente também fica se divertindo, conversando lá, se distraindo e por outra parte porque a gente tá ganhando né” (Entrevistada C, Pesquisa de campo. Mamangalzinho, 2023).

Assim, ainda que pese a importância que o trabalho nas fábricas ocupa na vida dessas mulheres, a síntese desse processo é profundamente permeada de contradições, desigualdades e invisibilidades definidas pelo gênero, que se materializam no espaço da fábrica. É nesse sentido que Wooortmann (1991) considera os ditos “espaços de gênero”, ou seja, espaços definidos pelo filtro do gênero, sendo a bancada o principal exemplo nessa realidade.

Nestes espaços de gênero, no caso a bancada, as mulheres podem assumir mais de uma tarefa no mesmo espaço e no mesmo dia, o que não significa mais remuneração. Quando perguntadas sobre essas diferentes tarefas assumidas, é unânime a utilização da palavra “ajuda”, ou seja, o ato de agregar mais de uma função não tem reconhecimento, visibilidade, valor ou mesmo conotação de trabalho, a definição associada é “contribuição”, “uma ajuda” no trabalho. Esse fato fica evidente na contribuição da entrevistada A, que nos diz:

Eu trabalho na banca que é tampando os potes de palmito, colocando o molho e revisando[...], eu corto picado de vez em quando, quando tá cheio, ajudo a encher quando tá cheio também, [...] realizo, porque é um serviço que a gente não tá fixo só num lugar, a gente tem que ir ajudando no decorrer, onde tá cheio vai ajudar, onde tá vazio no teu serviço tu vai e ajuda em outros serviços (Entrevistada A, Pesquisa de campo. Mamangalzinho, 2023).

Neste sentido, o que se percebe é uma realidade fundamentalmente marcada por relações sociais, econômicas e territoriais de poder sob a perspectiva do gênero, onde encontramos mulheres que associam trabalhos em diferentes espaços para garantir renda e vida, desde atividades não plenamente capitalistas, como a produção do açaí, da pesca e do artesanato para o autoconsumo, até a produção fabril em si, como na comunidade Mamangalzinho com a produção de palmito, processos de produção tipicamente capitalistas, conforme Leite (2019), que resultam em contradições que afetam a vida feminina como buscamos tratar.

Pensamos por fim, que entender o trabalho feminino organizado pela região amazônica, como no exemplo estudado, nos impõe muitos desafios, mas também consideráveis possibilidades de construir bases para a superação dessas contradições.

## **5 – Considerações finais**

No âmbito geográfico, contribuições a partir da articulação entre gênero e trabalho na Amazônia são relativamente escassas. Nesta perspectiva, pensamos que entender essa articulação em uma perspectiva territorial, sobretudo atentando para a importância do trabalho de mulheres desde a formação histórico-econômica da região, tendo como bases atividades extrativistas de unidades camponesas, comunidades tradicionais e originárias, do trabalho formal e informal de fábricas e outros espaços, em uma perspectiva de resistência ante as explorações no território, não é uma tarefa fácil, mas necessária.

Pois, seja na pesca, na produção de açaí, ou nas fábricas de palmito, as mulheres foram e seguem sendo submetidas a processos de precarização, invisibilidade, desvalorização do seu trabalho, uma verdadeira sobreposição de explorações, violências e preconceitos. Ainda que essas diferentes atividades possibilitem melhoria nas condições de suas vidas.

Em Igarapé-Miri, de maneira especial na comunidade Mamangalzinho onde predomina o trabalho artesanal nas fábricas de palmito acompanhadas por essa pesquisa, são inegáveis as possibilidades que essa dinâmica promove na vida de mulheres e da comunidade como um todo, embora seja extremamente necessário destacar as precárias condições de trabalho, as definições machistas de espaços, funções e remunerações, que resultam entre, outras coisas, na invisibilidade e na desvalorização dessas mulheres e de seu trabalho, como já tratado.

Por outro lado, também resultaram, neste caso em específico, na constituição de uma promissora rede de solidariedade feminina que tem caminhado no rumo da constituição de afirmações e resistências.

Por fim, acreditamos que mostrar essa realidade talvez seja um passo importante no sentido da construção de incentivos a de cada vez mais estudos, debates, discussões e formulações de estratégias, talvez até mesmo leis eficazes e demais ações por parte dos diversos segmentos da sociedade, para que possamos nos aproximar de uma realidade onde haja mais equidade entre os gêneros, menos diferenças na remuneração de trabalhos equivalentes, superação de preconceitos, invisibilidade e desvalorização do trabalho feminino.

## 6 – Referências

ALEKSIÉVITCH, S. A guerra não tem rosto de mulher. Trad. Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Resenha de: FEIJÓ, Brunna Bozzi. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 21, p. 563-568, jul./dez. 2017.

BRITO, A. L. (2017). *Mulheres no Seringal: experiência, trabalho e muitas histórias (1940-1950)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil]. <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2158.pdf> » <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2158.pdf>

CASTRO, E. *Tradição e Modernidade: a propósito de formas de trabalho na Amazônia*. Paper do Naea 97. Belém, julho 1998

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 342p.

CHAVES, F. N; CÉSAR, M. R. A. O silenciamento histórico das mulheres na Amazônia brasileira. *Extraprensa, Cultura e Comunicação na América Latina*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 138-156, jan./jun. 2019.

CUNHA, E. M. C. *Multirão e trabalhadoras de Igarapé-Miri: açaí como alternativa econômica no contexto de gênero*. Belém: Paper do NAEA, dezembro 2006.

FELÍCIO, M. J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. *Revista Campo-Território, Uberlândia*, v. 1, n. 2 Ago., p. 14–30, 2006. DOI: 10.14393/RCT1211793. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11793>. Acesso em: 11 ago. 2023.

FERREIRA, D; NAHUM, J. ENCANTOS E DESENCANTOS: ENGENHOS DE AGUARDENTE NA AMAZÔNIA TOCANTINA. In: SILVA, C. N; SILVA, J. M. P; ROCHA, G. M, FLORES, M. S. A. ESTUDOS GEOGRÁFICOS E CARTOGRAFIAS NA AMAZÔNIA ORIENTAL. GAPTA/UFP, 2022.p.(57) – (79).

FURTADO, Daniele Barbosa. *O PAPEL DA MULHER NA DINÂMICA DE PRODUÇÃO DO AÇAÍ: UM ESTUDO DO ESPAÇO FEMININO NA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE JIROCA GRANDE, CAMETÁ-PA*. 2017. p. 91. trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Faculdade de Geografia, Cametá, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Tradução de Otto E.W. Maas. Rio de Janeiro: Laemmert, 1986.

LEITE, D. C. Relações de trabalho e exploração capitalista na Amazônia. Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. ISSN 2675-7710. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/6321>>. Acesso em: 28 nov. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/raf.v13i1.6321>.

MACHADO. “CATADORAS DE CARANGUEJO E SABERES TRADICIONAIS NA CONSERVAÇÃO DE MANGUEZAIS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.” Estudos Feministas, vol. 15, no. 2, 2007, pp. 485–90. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/24327692>. Accessed 11 Aug. 2023.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NOGUEIRA ANTUNES NETO, J.; DE OLIVEIRA SILVA, R.; CAMPOS DE SOUZA AMARAL, S. Maré invisível e as mulheres na pesca artesanal: um estudo sobre o perfil laboral e a discriminação indireta na atividade pesqueira do Brasil . Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 16, n. 43 Dez., p. 103–128, 2021. DOI: 10.14393/RCT164305. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/62618>. Acesso em: 20 fev. 2024.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados, IEA/USP São Paulo, v. 15, n.43, p. 185-206, 2001.

PINTO, B. C. História, memória e poder feminino em povoados amazônicos. In XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia E Justiça, 2012, Rio de Janeiro – Brasil. Anais eletrônicos Anais do Encontro de História Oral: Memória, Democracia E Justiça. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2012. v. 1. p. 1 – 10.

RAVENA, N. O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. Novos Cadernos NAEA, v. 8, n. 2, p. 125-149, dez. 2005

RODRIGUES, C. P.; SCHERER, E. F.; DIÓGENES, A. M. R. Significados e significâncias do trabalho de mulheres pescadoras em uma comunidade amazônica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017. Anais eletrônicos [...]. Florianópolis: UFSC, 2017.

REIS, A. A. D. Estratégias de Desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea do município de Igarapé-Miri (PA). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2008.

TORRES, I. C. A visibilidade do trabalho das mulheres Ticunas da Amazônia. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 15, n. 02, p. 469-475, ago. 2007. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000200014&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200014&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 11 ago. 2023.

WANZELLER, L. R. Trabalho feminino na Amazônia: reflexões teóricas sobre desigualdades de gênero no emprego formal. Anais XI CONAGES... Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em: <<http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/10875>>; Acesso em: 14/08/2023 23:47

WOORTMANN, E. F. “Da complementaridade à dependência: A mulher e o Ambiente em Comunidades “Pesqueiras” do Nordeste. 1991. Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Brasília, DF. Brasil. Disponível on-line em <http://dan.unb.br/images/doc/Serie111empdf.pdf>